

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Diretoria de Gestões de Estoques – Diges
Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de
Abastecimento – Supab
Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro -
Gehor
Programa Brasileiro de Modernização do Mercado
Hortigranjeiro - Prohort
PNUD/Conab BRA 03/034

MANUAL I

Breve História do

Sistema de Ceasas no Brasil

(1960 a 2007)

Consultor: Ivens Roberto de Araújo Mourão
Supervisor: Rogério Colombini
Brasília, fevereiro de 2008

ÍNDICE

ITEM	DESCRIÇÃO	PAG.
	Apresentação	3
I	Breve História do Setor Hortigranjeiro	6
II	Pós Sinac	23
III	Momento Atual do Setor Hortigranjeiro no Brasil	25
IV	Conclusão	37
V	Anexos	38

APRESENTAÇÃO

De 1972 a 1988 o Governo Federal, através da então Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos, foi gestor do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – Sinac.

Eram 21 empresas de sociedade anônima, denominadas Centrais de Abastecimento S/A – Ceasa. Todas eram estaduais, a exceção da Ceasa do Distrito Federal e do município de Campinas/SP.

A Ceagesp, empresa do Governo de São Paulo, nunca pertenceu ao Sinac, embora mantivesse um estreito contato técnico e comercial com as demais Centrais.

Durante esses 16 anos de sua existência o Sinac implantou 34 mercados atacadistas nos principais aglomerados urbanos do país, 32 mercados do produtor localizados nas principais regiões produtoras de hortícolas do Brasil e 158 unidades de varejo (hortomercados, feiras cobertas, sacolões, feiras livres, módulos de abastecimento etc), a título de demonstração.

Na esteira desse trabalho foram capacitados inúmeros técnicos em planejamento, construção e operação desses mercados. Ao mesmo tempo desenvolveu-se todo um conhecimento do “*fazer Ceasa*”.

Em 1988 o Governo Federal, numa decisão equivocada, extinguiu o Sinac, fez a doação de suas ações aos respectivos estados e desligou-se, por completo, de qualquer apoio ao setor de comercialização dos hortícolas “*in natura*”.

Não houve a mínima preocupação para manter o sistema nacional e muito menos preservar o conhecimento que se adquiriu para projetar, construir e operar mercados para os hortícolas.

Tínhamos um Brasil e, da noite para o dia, passamos a ter 21 “*brasis*”. Cada Ceasa passou a correr em raia própria e sempre em direções distintas.

Houve, portanto, uma verdadeira “*queima de Biblioteca de Alexandria*”. Vimos, ao longo dos últimos anos, as Ceasas estaduais cometerem equívocos que o Sinac já havia detectado e solucionados.

Felizmente, algumas Ceasas conseguiram preservar esse acervo de experiência. Mas, não houve o repasse para as demais, com o desmantelamento do Sinac. Deixou de existir o “*vaso comunicante*” que irrigava o sistema com informações e o conhecimento de experiências positivas ou não.

Em 2005, por iniciativa da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento e da Abracen – Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento, foi apresentada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento uma proposta de apoio, por parte do Governo Federal ao conjunto das Ceasas brasileiras.

Dessa maneira foi criado o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort, sob a coordenação da Conab.

Dentre as diversas ações do Prohort está a de resgatar esse conhecimento do “*fazer Ceasa*”. Com esse objetivo a Empresa passa a disponibilizar no portal do Prohort (www.ceasa.gov.br) os seguintes manuais:

Manual I Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil
(1960 a 2007)

Manual II Sondagem Inicial do Mercado

Manual III Pesquisa de Mercado

Manual IV Tabulação e Dimensionamento do Mercado

Manual V Diretrizes de Engenharia e Arquitetura

Manual VI Implantação de uma “Ceasa de Inteligência”

Manual VII	Trabalhos Pré-operacionais e Transferência e Operação do Mercado
------------	--

Os manuais ficarão à disposição de todos no portal do Prohort e durante todo o ano de 2008 ficarão abertos a sugestões. Deverão ser encaminhadas à Conab que as analisará e incorporará aos manuais, desde que pertinentes.

Dessa maneira, disporemos de um documento que será um somatório do conhecimento e das experiências de todos os especialistas em Ceasa do país.

Teremos, então, a certeza de que esse saber não se perderá com o tempo. Ao contrário, permanecerá e se renovará sempre.

O presente volume, Manual I, contém um resumo da História do setor desde a década de sessenta.

Ivens Roberto de Araújo Mourão
Coordenador

I. BREVE HISTÓRIA DO SETOR HORTIGRANJEIRO

Para que o administrador atual possa tomar decisões as mais corretas possíveis para o setor hortigranjeiro (*) é necessário que conheça um pouco da sua história. O que tem de bom ou de ruim, atualmente, tem sua origem no passado recente. Assim, conhecê-lo bem é evitar os erros cometidos e persistir nos acertos.

Portanto, tudo o que está descrito a seguir tornará mais simples o entendimento do que vamos sugerir de modernização da infra-estrutura física de mercado atacadista de hortigranjeiro nos manuais seguintes.

a. Década de sessenta

No final da década de sessenta o Governo Federal identificou um grande estrangulamento no sistema de comercialização de hortigranjeiros. Era uma atividade praticamente marginal. Tão marginal que a comercialização se dava na rua, literalmente. Não havia informação nenhuma de mercado. O produtor não tinha espaço e com isso se sentia desestimulado a produzir. As perdas pelo produto ficar ao relento eram enormes. Os caminhões criavam engarrafamentos de trânsito. Tanto é que o problema urbanístico apressou a solução para a organização da comercialização.

Existiam apenas duas experiências de regularização do mercado: São Paulo e Recife. A primeira era iniciativa do Governo paulista, e a segunda da Sudene. Nos itens seguintes apresentamos um resumo de suas histórias.

Nessa época o Ministério do Planejamento, através do Decreto 61.391 de 20/09/67, criou um Grupo de Trabalho que propôs um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico.

(*) Hortigranjeiro ou Hortifrutigranjeiro ? : No âmbito da ciência agrônoma, entende-se por horticultura não apenas o cultivo das hortaliças – como o nome pode sugerir, embora este especificamente se denomine “olericultura” – mas também o cultivo das fruteiras, das plantas ornamentais e das ervas medicinais. Portanto, o “horti” refere-se a frutas e hortaliças e o “granjeiro” a ovos, aves e pequenos animais. Desta forma, o correto é hortigranjeiro.

O importante desse estudo era que apresentava uma definição correta de uma Ceasa:

“Ponto de reunião de agentes de comercialização”

Até hoje, muita gente ainda não entendeu esse conceito. É comum ouvirmos que a Ceasa é um antro de atravessadores e que o produtor não tem vez. Na verdade o ambiente do mercado é de comércio. Ao atravessar a porteira de sua fazenda o produtor vira comerciante.

b. Ceasa de Pernambuco

No livro “Ceasa Pernambuco”, comemorativo aos 45 anos da criação da central, um dos pioneiros de Ceasas, o Prof. Lindalvo Farias, conta assim, ao repórter Marcos Cirano, a história do mercado atacadista da capital pernambucana:

“O sistema de abastecimento do Recife era constituído de duas grandes categorias: uma de cereais e estivas, com estabelecimentos mistos (ou seja, atacado e varejo) concentrados nos bairros de Santo Antônio e São José. A outra categoria era a de vegetais (frutas e verduras), com o comércio exercido em logradouros públicos de regiões como Casa Amarela, Afogados, Cordeiro e no entorno do mercado de São José, isso o atacado; porque o varejo ficava nas feiras e com os balaieiros que vendiam de porta em porta.

Era um cenário tumultuado, com problemas de higiene, de circulação, de preços absurdos e muito diversificados. E foi esse cenário complicado que motivou os primeiros estudos, visando um ordenamento do sistema de abastecimento da cidade. Nós tínhamos 19 feiras no Recife, sendo as principais delas as de Casa Amarela, Afogados, Cordeiro, Água Fria, Encruzilhada e Beberibe. Mercados eram nove, sendo que os de São José, Encruzilhada e Afogados eram os mais movimentados. E um detalhe interessante é que, no tempo do Prefeito Pelópidas da Silveira, o vendedor

ambulante nos moldes dos de hoje não existia, era proibido; só os balaieiros é que tinham permissão de vender frutas e verduras de porta em porta...

Foi em 1962 que a Sudene deu à Luz a Ceasa. Tudo começou com Pelópidas da Silveira, Celso Furtado, Miguel Arraes, Josué de Castro e este velho aqui. Eu fui Secretário de Agricultura, Mercados e Matadouros da Prefeitura do Recife quando Pelópidas era Prefeito (não era nem Secretaria, era um Departamento com 'status' de Secretaria), isso em 1956, e nessa época eu comecei a estudar o problema do abastecimento da cidade. Naquele tempo, o abastecimento no Recife se limitava aos mercados e feiras e, além disso, tinham apenas os balaieiros como eu já expliquei...

Veja como era: na Prefeitura eram seis Departamentos com 'status' de Secretarias e o que eu dirigia cuidava do abastecimento. Então, nessa condição eu passei a me familiarizar com a problemática do abastecimento e iniciei, em 1956, as primeiras pesquisas sobre feiras, vendo coisas como a procedência, os preços dos alimentos... enfim, em vez de simplesmente administrar o problema do abastecimento urbano do Recife (que era regular as feiras, os funcionamentos das feiras e mercados etc.), eu comecei a procurar saber o que havia por trás disso tudo, como tudo funcionava. Ou seja, queria ter um diagnóstico para orientar nossas intervenções.

Bom, nós estávamos fazendo isso na Prefeitura quando, em 1957, chega aqui ao Recife um grupo de técnicos enviados pelo Conselho Coordenador do Abastecimento, criado pelo Presidente Juscelino para cuidar especificamente do abastecimento que até então ficava a cargo do Ministério da Agricultura. Esses técnicos vieram para começar por Pernambuco os estudos para implantação de uma política nacional de abastecimento dos centros urbanos. O grupo era chefiado pelo pernambucano Josué de Castro e, como Josué de Castro era muito ligado a Pelópidas, acho que isso ajudou para que tudo começasse efetivamente por aqui.

Então, quando Josué de Castro chega com os técnicos aqui no Recife, ele me encontrou já fazendo uns estudos sobre abastecimento (para orientar

meu trabalho na Prefeitura). Ele fica surpreso com o que eu estava fazendo e me convida para ir ao Rio de Janeiro discutir a política nacional. O pessoal do Rio, por sua vez, já havia visitado a França (pois naquele tempo a França estava começando a implantar centrais de abastecimento nas grandes cidades) e nós começamos a discutir. Dessas discussões todas, ficou decidido que o Brasil devia seguir o exemplo da França e partir para implantar centrais de abastecimento.

De volta a Pernambuco desenvolvi os estudos agora já visando especificamente instalar uma central de abastecimento aqui. E, então, eu apresento, isso ainda em 1957, o primeiro plano de abastecimento urbano da cidade. Esse documento, que se chamava Plano Mínimo Inicial de Abastecimento do Recife, foi o embrião, nesse documento eu já sugeria uma central de abastecimento. E depois, isso em 1959, eu fiz uma palestra no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-PE) dizendo até mesmo o local onde a central de abastecimento deveria ser instalada, que era nas imediações do Curado, ali mesmo onde hoje é a Ceasa.

Nessa época (em 1959) eu já tinha deixado o Departamento de Agricultura, Mercados e Matadouros e era o representante da Prefeitura do Recife no Codeno – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, que antecedeu à Sudene. Então, no Codeno continuamos discutindo o problema do abastecimento dos centros urbanos do Nordeste e, quando a Sudene foi criada, Celso Furtado (o primeiro Superintendente da Sudene) encampou a idéia das centrais de abastecimento e contratou um grupo de técnicos franceses para vir fazer um diagnóstico e propor soluções para a Região.

Esse grupo de técnicos franceses passou dois anos aqui estudando o problema, 1960 e 1961, e desse estudo resultou o documento “Contribuição ao Estudo da Infra-estrutura de Abastecimento Urbano do Nordeste”. Era um trabalho abrangente, não era só para o Recife e sim para todo o Nordeste...

Vamos aos fatos por ordem cronológica: em 1959, o Presidente Juscelino cria a Sudene; em 1960 Celso Furtado contrata os técnicos

franceses que começam a trabalhar e, em 1961, publicam o resultado desse trabalho, em dois volumes: vol 1 “Os Dados do Problema” e o vol 2 “Soluções Propostas”. Nesse vol 2 são sugeridas três centrais de abastecimento: uma no Recife, uma em Fortaleza e uma em Salvador. Foi criada, então, uma sociedade de economia mista, com sede no Recife, para implantar essas três centrais, e eleita a primeira diretoria dessa empresa: general Heleno Castellar, presidente; Lindalvo Farias, diretor técnico; e Hélio Pacheco, diretor comercial.

Inicialmente a empresa chamava-se Central de Abastecimento de Pernambuco S/A (Capesa) e, depois, passou para Centrais de Abastecimento do Nordeste S/A (Canesa).

Então, começamos a materializar essas recomendações dos técnicos franceses, começamos a formular um projeto executivo. Eu estava nisso, quando fui chamado pelo Ministro de Agricultura do presidente João Goulart, que era Osvaldo Lima Filho, para ser Secretário do Ministério, e eu não aceitei exatamente porque estava cuidando desse projeto. Isso foi em 1962. Nós começamos a implantar algumas instalações e, quando já tínhamos alguns galpões construídos, veio o golpe militar de 1964 e todos nós fomos afastados. Quando estávamos tratando da implantação da central aqui do Recife, veio o golpe e parou tudo.

Nós começamos a construir os galpões em 1963. As primeiras instalações aqui foram aquele escritorzinho da porta de entrada, feito em 1963. Estava e nós havíamos começado, quando veio o golpe e acabou o sonho. No carnaval de 1963, o escritório da companhia criada para implantar as três centrais ainda funcionava no 6º andar de um prédio no centro do Recife. A Central de Abastecimento nos moldes que existe hoje só veio a funcionar em 1968. Porque em 1964 parou tudo. Na verdade as obras não foram totalmente paralisadas, mas foram retardadas por conta do golpe de 64. A Sudene ficou tentando concluir algumas obras que nós havíamos começado.

A Sudene fez o essencial: botou os silos, botou dois galpões grandes, o escritório... A Ceasa naquele tempo se chamava Centrais de Abastecimento do Nordeste – Cane. Então, nós deixamos algumas obras que foram concluídas. O terreno foi doado pelo Ministro José Ermírio de Moraes, um terreno de 25 hectares que pertencia ao Instituto Agronômico do Nordeste.

Um detalhe importante. A pedra fundamental do projeto foi formalizada numa tenda coberta de lona, montada no terreno descampado da futura Central, com as presenças, entre outros, de Celso Furtado, Jader de Andrade, Estevam Strauss, todos da Sudene, além de Heleno Castellar, Hélio Pacheco e eu, os três últimos diretores da Central.

Logo depois do golpe, eu desapareci do cenário. Fui para Taperoá, na Paraíba. Fiquei hospedado na casa da família de Ariano Suassuna. Eu sumi do cenário durante uns seis meses, porque estava muito perseguido.

Quando retornei não fui reengajado no projeto, eu era apenas ouvido informalmente. Até que o Diretor da época, Arnaldo Pessoa de Oliveira, resolveu negociar com o 4º Exército uma autorização para eu fazer um novo projeto e foi o que eu fiz. Eles me pagaram para fazer um novo projeto, foi constituído um grupo de trabalho sob a minha direção e, em 1968, a Central foi inaugurada. Esse foi o processo básico da Ceasa PE. As centrais de Fortaleza e de Salvador, vieram depois da nossa aqui do Recife, e em projeto separados.”

c. Ceasa de São Paulo

O atual Ceagesp conta a sua história de 47 anos da seguinte maneira:

“Na década de 60, o ritmo de crescimento de São Paulo indicava a necessidade de se criar um entreposto de distribuição de alimentos capaz de atender a população do Estado.

O Centro Estadual de Abastecimento – CEASA () São Paulo - começou suas atividades dentro de um escritório, na Rua XV de Novembro, no centro da cidade, em maio de 1960, com uma única funcionária, quando o entreposto era ainda um projeto em construção.*

Enquanto as obras avançavam numa área de charco da Vila Leopoldina, a empresa vinculada ao Governo do Estado era criada e estruturada com a formação dos departamentos.

Tudo acontecia dentro de um ritmo planejado, quando uma enchente no antigo Mercado Municipal, pólo de comercialização de hortaliças desde 1933, precipitou, a inauguração da nova central de abastecimento, numa área 17 vezes maior que o antigo mercado.

Ainda incompleto, a CEASA começou a operar em março de 1966.

Transferidos para a Vila Leopoldina por decreto do então Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, os comerciantes resistiram. Eles não queriam trabalhar no que na época chamavam de “mar de concreto armado”.

‘Quando chegamos, havia muito entulho’ – lembra o antigo permissionário Eusébio Duarte. Só tinha uma linha telefônica e apenas um ônibus ligava o centro à Vila Leopoldina.

‘Trazer os clientes aqui era uma luta’ – conta o produtor e comerciante atacadista Mário Benassi.

Mas quem ficou acabou lucrando. Em maio de 1969, quando se fundiu com outra empresa do Governo de São Paulo, a CAGESP (Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), a CEASA já centralizava o abastecimento de boa parte do país.

() Essa sigla acabou sendo adotada pela Ceasas do Sinac e hoje é um sinônimo de um mercado atacadista de hortigranjeiro*

Na época, até o comércio de flores foi levado da Praça Charles Miller para o Entrepasto. O movimento era intenso e surgiu um programa que ficou no imaginário dos paulistanos: a sopa de cebola servida no antigo restaurante Ceasa aos boêmios da madrugada de São Paulo.

Em 1977, o entreposto se expandiu, com a duplicação do pavilhão MLP – Mercado Livre do Produtor e na época a Ceagesp bateu um recorde de comercialização (6,2 mil toneladas), superando o então maior mercado do mundo em volume de comercialização, o francês Paris-Rungis.

No final dos anos 70, ainda, a Ceagesp iniciou um processo de descentralização do abastecimento e inaugurou em São José do Rio Preto o primeiro entreposto fora da capital. Atualmente a Companhia mantém 12 unidades distribuídas pelo Interior do Estado, situadas em regiões identificadas como pólos de produção e consumo.

Nos anos 80, a empresa investiu no atendimento ao consumidor final. Criou o primeiro varejão, com produtos frescos a preços controlados.

Em 1997, a Ceagesp foi transferida para o Governo Federal e subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nessa época, ampliou suas atribuições, investindo na melhoria de qualidade da produção e da comercialização, com programas de classificação e padronização de produtos e embalagens. E em 1998, iniciou um trabalho de responsabilidade social, criando, num antigo galpão do Entrepasto, o Centro de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma.

Ainda hoje o entreposto Terminal de São Paulo é considerado um dos maiores centros de comercialização atacadista do mundo, com a movimentação mensal de 250 mil toneladas de frutas, hortaliças, pescados e flores.

O volume de comercialização cresce a cada ano atingindo hoje mais de 3 milhões de toneladas por ano. Cerca de 95% dos produtos originários de diversas regiões do Brasil, com quase 1.500 municípios fornecedores. O restante vem de outros países, especialmente da Argentina, Chile, Uruguai e Peru, da Europa, com

predominância da Espanha, Portugal, Itália e França, além dos Estados Unidos, Canadá e China.

Atuam no Entrepasto Terminal de São Paulo quase 2.500 permissionários e 3.400 carregadores.”

Atualmente o Ceagesp conta com o Entrepasto da Capital e mais 12 Ceasas no interior, conforme relação a seguir:

Unidade	Área Terreno (m²)	Área Construída (m²)
Entrep. Terminal São Paulo	645.000	271.000
Ceasa de Araraquara	75.000	2.284
Ceasa de Bauru	100.000	4.202
Ceasa de Guaratinguetá	22.504	1.443
Ceasa de Marília	76.500	1.748
Ceasa de Piracicaba	130.400	4.221
Ceasa de Pres. Prudente	80.109	5.594
Ceasa de Ribeirão Preto	242.000	13.347
Ceasa S. José Rio Preto	193.599	18.740
Ceasa de S. José Campos	120.001	7.945
Ceasa de Sorocaba	188.270	12.202
Ceasa de Araçatuba	37.288	2.890
Ceasa de Franca	13.200	1.611

d. Década de setenta

Pelo Decreto 70.502 de 11/05/72, foi criado o Sinac – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento. Tinha como objetivos principais, entre outros:

- reduzir custos de comercialização (perdas, mão de obra, embalagens, fretes);
- reduzir custos das organizações (economia de escala);
- melhorar os produtos e serviços de classificação e padronização;
- propiciar condições ao SIMA (*);
- reduzir os custos para o varejo e estimular os supermercados;
- reduzir a flutuação da oferta;

(¹)) SIMA – Serviço de Informação do Mercado Agrícola.

- aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços e elevar o nível de renda das empresas agrícolas; e
- eliminar os problemas urbanísticos.

Muitos foram cumpridos, alguns deixaram de ser e outros ainda não foram alcançados.

Com a criação do Sinac, o Governo delegou à então Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos a gestão do Sistema.

Assim, foram criadas, no país, 21 Ceasas ⁽¹⁾ (Centrais de Abastecimento S/A). Eram economias mistas, sendo acionistas a União, os estados e os municípios onde se localizavam as sedes. Em apenas três a União não era majoritária (Distrito Federal, Minas Gerais e Bahia).

Projetaram-se, então, as construções e operações de mercados atacadistas nas principais cidades brasileiras. Assim, no Iº PND (72 a 74) foram implantadas Ceasas nas seguintes cidades:

ANO	CEASA	MÊS DE OPERAÇÃO
1972	• Brasília • Fortaleza • Recife ⁽³⁾ • Rio de Janeiro • São Gonçalo	• Setembro • Outubro • Dezembro • Dezembro • Dezembro
1973	• Salvador • Aracaju • Porto Alegre	• Março • Março • Setembro
1974	• Belo Horizonte • João Pessoa	• Março • Setembro

⁽¹⁾ As Ceasa's eram: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Campinas/SP⁽²⁾, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

⁽²⁾ Ceagesp não pertencia ao Sinac, e sim ao Estado de SP.

⁽³⁾ A Ceasa de Pernambuco, criada pela Sudene na década de sessenta, foi absorvida pelo Sinac

Em junho de 1974 foi extinto o Gemab, passando suas atribuições para o Conselho Nacional de Abastecimento – Conab – que teve vida efêmera e suas atribuições foram transferidas para o Conselho Monetário Nacional.

Para elaboração dos projetos buscou-se assessoria de organismos internacionais, como a FAO, contratação de grandes empresas de engenharia para elaboração dos projetos e treinamento de técnicos da Cobal e dos estados, no exterior (Espanha, Itália, França, Inglaterra, Alemanha e outros), para o conhecimento de técnicas de planejamento, construção e operação de mercado.

Com o funcionamento das primeiras Ceasa's (Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e outras) constatou-se necessidades de correções. A Cobal passou a projetar e não mais contratar projetos. Criou-se, então, uma polêmica (no bom sentido) entre os técnicos da Cobal. Era entre os que projetavam e os que operavam as centrais. Os técnicos de mercado diziam que os projetos podiam ser mais simples. Os engenheiros e arquitetos achavam que não. Nessa época a empresa contratou engenheiros civis e arquitetos para as diretorias das Ceasas em projeto. A finalidade era que esses profissionais passassem a entender de operações e mediassem a polêmica. Foi nessa ocasião que fomos contratados e assumimos a Diretoria Técnica/Financeira da Ceasa/PI, que estava em construção (agosto/76). Logo percebemos que a razão estava com os técnicos de mercado. Os projetos podiam e foram muito mais simplificados.

Essa já era a época do IIº PND (75 a 79) onde foram operacionalizados os mercados nas seguintes cidades:

ANO	CEASA	MÊS DE OPERAÇÃO
1975	• Manaus • Campinas • Maringá • Belém • Goiânia • Maceió	• Fevereiro • Março • Abril • Maio • Agosto • Dezembro

1976	• Curitiba • Campina Grande • Natal • Teresina	• Julho • Julho • Outubro • Dezembro
1977	• Vitória • Mossoró • São Luís	• Junho • Julho • Outubro
1978	• Foz do Iguaçu • Florianópolis • Anápolis • Uberlândia • Novo Hamburgo	• Fevereiro • Março • Maio • Outubro • Novembro
1979	• Juiz de Fora • Campos • Campo Grande	• Março • Março • Agosto

Ainda na primeira metade da década de setenta dois grandes esforços começaram a ser feitos para atender aos segmentos da produção e varejo. Foram implantados, até o final da década, mais de vinte mercados do produtor, visando facilitar a comercialização das zonas produtoras, ligando-as aos grandes mercados consumidores. Identicamente cada Ceasa passou a ser um mercado do produtor na sua área de influência. Na área de varejo foram implantados diversos hortomercados para demonstrar que era possível essa atividade ser desenvolvida de modo profissional e em escala que possibilitasse repassar ao consumidor os ganhos obtidos na produção e atacado. Em dias e locais determinados cada Central implantou o seu varejão, abrindo novo espaço para a população obter preços melhores com o produto hortigranjeiro.

Em 1975 chegou-se a aventar a hipótese de criação da Ceasa Brasil. Seria uma empresa única do Sistema, onde o Governo Federal teria participação de 70%. As Ceasas estaduais seriam filiais da Ceasa Brasil. A idéia não vingou, apesar das diversas vantagens (comando único, redução de despesas com Diretores etc.).

e. Década de oitenta

No início da década de oitenta estava praticamente concluída a fase de construção de Ceasas. Estávamos, inclusive, interiorizando algumas unidades:

ANO	CEASA	MÊS DE OPERAÇÃO
1982	• Londrina • Macaé • Cascavel • Caxias do Sul	• Janeiro • Maio • Outubro • Novembro

Era o momento de concentrar esforços no aperfeiçoamento operacional do Sistema, propiciando: trabalho de classificação e embalagem; produção programada; informatização dos dados de origem e destino dos produtos; incentivo à produção para os mercados interno e externo; interiorização das Ceasas; orientação e controle do uso de defensivos agrícolas; assessoria às prefeituras na organização das atividades de varejo; ampliação e diversificação das ações das Ceasas para torná-las a “cidade do alimento”, e muitos outros projetos. Ou seja, era o momento certo para iniciar a etapa mais importante: a de lapidação do Sinac. Na verdade, a grande meta seria ajudar no processo de transformação do produto agrícola em alimento. Estavam em operação 34 Ceasas (Vide Tabela 1, no Anexo) nas áreas urbanas, 32 mercados do produtor (Vide Tabela 2, no Anexo) nas zonas produtoras e 158 equipamentos varejistas {27 hortomercados (Vide Tabela 3, no anexo), 5 feiras cobertas, 50 sacolões, 2 sacolões volantes, 8 módulos de abastecimento, 7 feiras livres e 59 varejões (Vide Tabela 4 no Anexo)}.

Infelizmente, nessa época, podemos afirmar: iniciou-se o declínio do Sistema. A União passou a não mais investir, desestimulando a lapidação que era imperativa e, o pior, quando investiu, o fez de maneira errada, equivocada. Desviou recursos que poderiam ter sido aplicados nas Ceasas para uma aventura nas “*idades hortigranjeiras*”. Todos os estados brasileiros, através de suas secretarias de agricultura, receberam projetos e recursos para implantar as tais “*idades*”, que tinham como principal meta concorrer com as Ceasas. Foram um fracasso total, pois desconheciam as mais elementares regras de comercialização, como, por exemplo, a de constância da oferta. Tinham, sobretudo, um pecado original: a falsa premissa de ligar a produção com o varejo, como se qualquer região pudesse ser auto-suficiente de tudo. Tanto o atacado como as grandes redes de supermercado não compravam dessas “*idades*”, pois quando tinham o produto hoje, não tinham amanhã. Aliás, poucas produziram alguma coisa. Não sobrou uma das tais “*idades*”, mas o desvio da prioridade foi extremamente danoso ao Sinac.

Não bastando toda a falta de estímulo, as Ceasas foram obrigadas a não reajustar suas tarifas como contribuição no combate à inflação. Na verdade, as tarifas das Centrais nunca representaram mais de 0,6% no faturamento dos atacadistas. Os parâmetros da FAO estabelecem até dois por cento (2%). Houve cada vez mais uma degradação das tarifas e uma brutal descapitalização das empresas. Com isso tiveram que, como consequência, reduzir suas ações técnicas que eram viáveis com recursos próprios. Ou seja, o governo não investia e nem permitia que cada Ceasa buscasse o seu equilíbrio financeiro para desenvolver sua tarefa.

No início da década de oitenta foram feitas três propostas alternativas para a manutenção da unidade do Sistema:

- a) a União repassar 100 % dos recursos para pagamento da dívida do BNDE, garantindo o controle acionário por parte da Cobal. A controladora faria as alterações, visando o equilíbrio financeiro e indicaria os Diretores;
- b) extinção das 21 empresas e fusão numa única. A Cobal se responsabilizaria pela dívida do BNDE e receberia as ações dos estados. Deixariam de existir os diretores nos estados; e

c) o BNDE participar da empresa após renegociação do débito.

Nenhuma proposição vingou.

Em 1985, com novo governo federal, iniciou-se a discussão da privatização de empresas estatais. As Ceasas passaram a fazer parte da lista das privatizáveis. De imediato a equipe do Sinac se posicionou contra a *forma* como se pretendia fazer a privatização. Primeiro, a atividade de comercialização sempre fora privada. O que era estatal: a administração do complexo, a coleta e divulgação de informações e diversas ações, próprias de governo, buscando o equilíbrio e melhoria do Sistema. A equipe defendia a manutenção da unidade sistêmica, que o Sinac propiciava. Essa unidade era responsável pelo vaso comunicante, tanto de diretrizes, como de inovações e manutenção dos objetivos das Ceasas.

O Governo, então, resolveu, com grande alarido na imprensa, “*privatizar*” 21 Ceasas. Para tanto, editou o Decreto n.º 93.611 de 21.11.86. Nesse Decreto autorizava a Cobal a transferir o controle acionário para os respectivos estados e municípios. Determinava, ainda, nos casos de não concordância dos governos estaduais, que as Ceasas poderiam ser transferidas para a iniciativa privada. No mesmo Decreto, estabelecia que o processo de transferência ficaria a cargo do Conselho Interministerial de Privatização - CIP.

Nessa época foram feitos editais de licitação de Ceasas. Ninguém compareceu para compra. Lógico, a atividade comercial já era privada. Nenhum atacadista iria querer assumir funções de governo.

Com a condução do processo entregue aos técnicos do CIP, sem a mínima sensibilidade para o setor hortigranjeiro, não se poderia esperar que o processo fosse bem conduzido. Assim, os técnicos do Sinac argumentaram a necessidade de manutenção do Sistema e que o Decreto ia de encontro ao que estava explícito no I PND da Nova República: “*buscar-se-á expandir a oferta de armazenagem e fortalecer o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, com interiorização do Programa*”.

Como uma prova de que não havia interesse em conduzir o processo de maneira correta, os técnicos do CIP não aceitaram a seguinte argumentação dos

técnicos do Sinac: *“necessidade ética de reavaliar o valor contábil das Ceasas, antes da transferência das ações”*. A argumentação dos técnicos do CIP era no mínimo estranha: *“caso fosse aplicada a reavaliação, inviabilizava a transferência para os estados”*. Ou seja, não queriam encontrar uma forma correta. O interesse era se livrar das Ceasas, passando para os estados numa típica ação de **“toma que o filho é teu”**, lavar as mãos e dar as costas.

O Conselho, então, como estava com o poder na mão, resolveu falar mais alto e acabar com a discussão. Conseguiu que o Governo editasse um Decreto, de nº 2.400 de 21/12/87, onde todas as ações da Cobal passassem para a União. O próprio decreto estabelecia uma data limite: 31/03/88. Assim, o caminho ficou livre das argumentações impertinentes dos técnicos do Sinac. O passo seguinte foi a doação, pura e simples, das ações para os respectivos estados. A Cobal foi terrivelmente espoliada em seu patrimônio. Cerca de 140 milhões de dólares a preços de 1984. A espoliação era tão grande que o Governador de Goiás, à época, se achou no direito de formalizar uma proposta indecente: trocar os 51% das ações da Cobal na Ceasa/GO por um alqueire de terra da própria Ceasa. Era como se alguém vendesse o seu apartamento em troca do chaveiro da chave da porta...

Em 18 de junho de 1988 foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações entre a União Federal e a Cobal. A compensação financeira foi simplesmente ridícula. Acabou sendo tão indecente quanto a proposta do Governador de Goiás. A Cobal ficou com o uso perpétuo de algumas instalações em determinadas Ceasas. Também o recebimento de um terreno de até 5 mil m² em algumas Centrais o que, aliás, nunca se concretizou.

A assinatura desse contrato foi a atestado de óbito do Sinac. Na verdade, uma morte prevista e anunciada.

Em parecer de 15/12/86 (menos de um mês após o decreto 93.611) o Gerente, à época, do Decen – Departamento de Centrais de Abastecimento – Ivan Moreira da Silva – foi profético. Tudo o que previu, aconteceu:

“Em suma, assim procedendo estaríamos minimizando o risco de se cometer, quem sabe, um erro histórico, uma vez que, pela nossa

interpretação do Decreto (o 93.611), o mesmo abre perspectivas para mais de um tipo de negociação com os estados, municípios e iniciativa privada, o que sem sombra de dúvida evidencia a possibilidade de, num futuro não muito distante, se ter perdida por completo a unidade sistêmica do Sinac. Aí, o que teremos será um conjunto de Ceasas funcionando cada uma de maneira diferente e isolada, o que dificultará sensivelmente o estabelecimento de qualquer política de interesse do Governo Federal e/ou dos Ministérios, como padronização, classificação, embalagens, inspeção, tabelamento de preços etc.

Como consequência também, não resta a menor dúvida que diversas Ceasas abrirão os seus estatutos sociais, permitindo a compra e venda de hortigranjeiros em total desacordo com os objetivos que nortearam a criação do programa e em evidente concorrência com os usuários - que em última análise são os agentes que pagam as suas despesas - além de inevitavelmente se revelarem menos eficientes do que aqueles, pois prevalecerão interesses políticos e demagógicos. Neste particular, as injunções que hoje são tantas, possivelmente se revelarão ainda mais acirradas, nas disputas de cargos e empreguismo nas Ceasas. Além disso, também a série histórica relativa às estatísticas hortigranjeiras trabalhadas pela Cobal há aproximadamente 10 anos e da maior valia para programas e atividades de instituições como o próprio Ministério da Agricultura, Snap, Snab, Seap, Sunab, Embrapa, Embrater, Ministério da Irrigação, Cooperativas etc., corre o risco de ser interrompida.”

Com o fim do Sinac, encerrou-se definitivamente uma época. O pós-Sinac é outra história.

II. PÓS-SINAC

O setor de hortigranjeiro virou o patinho feio da agricultura. O Governo Federal não deu mais a mínima importância. Tínhamos um só Brasil e passamos a ter vários “*brasis*”. Cada estado fez da sua Ceasa o que bem entendeu. Seguiram rumos diferentes. Algumas evoluíram outras regrediram e muitas estagnaram. Aconteceu tudo o que os técnicos tinham alertado:

- abandono das ações técnicas;
- empreguismo;
- abertura do estatuto para compra e venda;
- cessão das áreas de expansão para terceiros;
- ampliações inadequadas;
- omissão crescente;
- proliferação de agentes ineficientes;
- varejo tumultuando o atacado;
- degradação física das instalações;
- relaxamento na limpeza e higiene;
- acomodação perniciosa;
- abandono da produção e varejo;
- não melhoria na classificação, padronização e embalagem;
- não participação em feiras, fóruns, debates sobre o hortigranjeiro;
- novas Ceasas em locais inadequados;
- falta de estímulo ao corpo técnico;
- desvirtuamento dos objetivos.

Mas, felizmente tivemos exemplos de Ceasas que evoluíram:

- Algumas melhoraram a sua eficiência;
- Caminharam para a idéia da cidade do alimento;
- Incluíram atividades complementares;

- Avançaram na informática;
- Continuaram sendo um centro de referência para o setor de hortigranjeiro no estado.

A constatação consensual foi:

- Criou-se um grande vazio com a saída do Governo Federal do setor hortícola.
- Ninguém ocupou o espaço desde 1988.
- Até 1988 sabíamos a produção, mês a mês e ano a ano, de todos os municípios.
- E para qual mercado ia essa produção.
- Nesses últimos anos passamos a não saber nada.
- Existiam algumas informações isoladas.

• **Abracen**

O resultado do consenso dos malefícios da extinção do Sinac foi a criação da Abracen – Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento. Trata-se de uma Associação criada pelos dirigentes das Ceasas. Representou uma tentativa valiosa de manter acesa a chama do Sinac. Funcionou como o único e tênue elo entre as diversas Centrais.

Lutou sempre com a sua principal dificuldade: falta de continuidade administrativa. Os dirigentes de Ceasa, por serem indicações políticas, passam pouco tempo nos seus cargos.

Mas, apesar disso, a cada Governo Federal que se sucedia, nesses 17 anos, a Abracen batia à sua porta, solicitando apoios. Em 2005 o Ministro acolheu o pleito. Para tanto, fez baixar uma portaria (cópia anexa), criando o Prohort.

III. MOMENTO ATUAL DO SETOR HORTIGRANJEIRO NO BRASIL

Trata-se de um setor que comercializa, no atacado, mais de US\$10 bilhões/ano. Movimenta mais do que os grãos e oleaginosas. É o setor da agricultura que mais cresce no mundo e o consumo é o que mais cresce quando comparado com outros produtos agrícolas. É uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens. Por exemplo, dos seiscentos e poucos municípios paulistas, cerca de 400 abastecem o entreposto da capital. E mais dois outros pontos importantes: possibilita alta receita/hectare e segura mão de obra no campo.

Vale salientar que necessita de apoio, pois é um produto muito perecível e tem potencial para aumentar o consumo, tanto para o mercado interno como externo. Apesar de todos esses pontos importantes, a partir de 1988 deixou de haver uma coordenação do setor em nível federal.

Durante todo esse período o Setor reivindicou uma ação coordenadora por parte do Governo Federal. A partir de 2005 o pleito foi atendido.

1. CRIAÇÃO DO PROHORT

Criado o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort (vide Portaria, em anexo), fruto, como dito anteriormente, da reivindicação das próprias Ceasas, através da sua associação, a Abracen. A operacionalização ficou a cargo da Conab.

FUNÇÕES:

- ✓ **Desenvolver e Integrar Bancos de Dados;**

Comentário: A primeira reivindicação do conjunto das Ceasas foi montar um banco de dados que reunisse as informações de todas elas. Ou seja, os dados coletados na portaria e no mercado. Na portaria são obtidos os dados de quantidade e a origem de cada produto ofertado. A essas informações são agregadas as cotações no

atacado em preços médios mensais, coletados em pesquisa nos dias fortes de atacado, segundo metodologia consagrada pelo SIMA.

Materializando essa idéia foi criado o Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB. A Ceasa Minas Gerais fez a doação do software “Detecweb” que atende plenamente às necessidades do Banco de Dados nacional e possibilita a inserção das informações via internet. Por sua vez, a Conab desenvolveu um software recuperador de dados (extração de relatórios), chamado BI (Business Intelligence) e está hospedando em servidor próprio.

Vale esclarecer que de nada adiantaria ter esse fabuloso banco de dados (14 milhões de t/ano e 62 mercados integrados) sem acesso. Ou seja, ser de uso exclusivo de alguns técnicos. Ao contrário, está sendo disponibilizado na Internet para uso por toda a Sociedade. Tão logo fique operacional, será feito todo um processo de divulgação e treinamento do seu uso.

✓ **Modernizar os Processos de Gestão;**

Comentário: É interessante esclarecer que não é interesse do Governo Federal interferir na administração das Ceasas, como no passado. Essa é uma página virada e sem retorno. As Ceasas são estaduais, municipais ou privadas. Algumas foram fundidas com outras empresas estaduais ou passaram a ser um simples setor de uma empresa. Provisoriamente duas são federais. Mas, não existe o mínimo interesse em mantê-las e sim de privatizá-las ou retorná-las para os respectivos estados.

O que se pretende é assessorar nos aspectos técnico-operacionais e os reflexos administrativos dessas melhorias serão de fórum íntimo de cada organização.

O assessoramento técnico-operacional envolve todas as mais variadas ações da comercialização dos hortícolas em todo o canal, desde a produção, passando pelo atacado e chegando ao varejo.

✓ **Estimular a Agregação de Tecnologia à Produção;**

Comentário: Possibilitar o acesso dos produtores aos avanços da pesquisa e das modernas técnicas de comercialização. Significa levar as conquistas da pesquisa (sementes, tratos culturais etc) ao produtor através de uma extensão rural que se espera que seja eficiente. Paralelamente, passar a utilizar o SIMAB como uma importante ferramenta de planejamento da comercialização e, como consequência, da produção (produção programada). Identicamente, aperfeiçoar as ofertas, reduzindo os “*passeios*” dos produtos (buscar o ótimo: produção direta para o varejo). Incentivar inovações de padronização, classificação, embalagem, rastreamento, combate ao uso exagerado de defensivos agrícolas. Ou seja, fornecer um produto dentro de padrões de qualidade e de sanidade.

✓ **Modernizar os Serviços de Apoio;**

Comentário: Que as Ceasas melhorem e estendam os serviços que prestam em seus atuais espaços físicos para o extra-muro. A grande ferramenta será o SIMAB que possibilitará uma melhor transparência de mercado, ampliando os horizontes de todos os seus clientes (produtores, atacadistas e varejistas) descobrindo novas oportunidades de mercado, tanto para compra como para venda. Modernizar a logística, a apresentação do produto em embalagens que conservem o produto e não sejam agentes disseminadores de doenças. Possibilitar a lavagem e higienização das embalagens plásticas.

✓ **Estimular a Integração com as Universidades;**

Comentário: As Ceasas são verdadeiros laboratórios onde podem ser detectados os problemas da produção, dos tratos culturais, embalagens, comercialização, manuseio. Buscar apoio das Universidades e órgãos de pesquisa e fomento. Da mesma forma, parcerias diversas na busca da regularidade do abastecimento, garantindo a segurança alimentar e consequentemente nutricional de toda a população do país.

✓ Adequar e Modernizar a Infra-estrutura;

Comentário: Vale esclarecer que a Conab não terá recursos para ampliar, reformar ou construir Ceasas. O que se pretende e está se fazendo é assessorar na modernização da infra-estrutura. Esse assessoramento significa investir os recursos obtidos de outras fontes de maneira correta. Por exemplo: evitar-se que uma Ceasa construa equivocadamente, propiciando a orientação correta e o bom uso do recurso.

✓ Ampliar as Funções das Centrais.

Comentário: O que houve, desde 1988, foi uma redução das funções das Ceasas provocado unicamente por questões gerenciais. As Ceasas podem ser divididas em uma parte “*física*” e outra de “*inteligência*”. A parte de “*inteligência*” foi sendo, em grande parte delas, gradativamente desativada. Para que a “*inteligência*” da Ceasa funcione bem, tudo o que se refere à comercialização de frutas e hortaliças no estado tem que ser responsabilidade dela. Desde 1988, com o desmonte do Sinac, as Ceasas vêm perdendo, sistematicamente as suas funções próprias. Em muitas delas reduziram-se àquelas próprias de condomínio. É obrigação de todas participar da elaboração das políticas públicas para o Setor em conjunto com a Secretaria de Agricultura. Identicamente, através do Consea foram abertas outras possibilidades de parcerias com o Ministério da Saúde (produtos saudáveis), educação (treinamentos diversos) e segurança alimentar com a oferta regular de todos os produtos em todas as regiões.

Início dos trabalhos: novembro de 2005

Qualquer região do país que resolva investir na melhoria da infra-estrutura de um mercado atacadista terá um enorme benefício com a presença do Prohort. Primeiramente, poderá se beneficiar, sem custos, de uma assessoria eficiente, impedindo que os administradores invistam equivocadamente. Em segundo lugar, já poderá se integrar a um sistema nacional, beneficiando-se de um banco de dados

nacional, como, também, já poderá funcionar como uma Ceasa, antes mesmo da implantação da estrutura física.

2. O QUE JÁ FOI FEITO, COM AJUDA DAS CEASAS:

Criado o portal www.ceasa.gov.br

Nesse portal existem ações sobre o Prohort, os preços e ofertas diárias dos 48 principais produtos comercializados nos principais mercados atacadistas; informações técnicas sobre os produtos, notícias, principais publicações sobre o assunto hortigranjeiro, acervo técnico, relação dos estados participantes e o “*fale conosco*”, além de “*links*” com os principais sítios de mercados e órgãos do setor agrícola.

3. INFORMAÇÃO

No momento está em implantação o Banco de Dados, informando o produto, a origem, a quantidade e o preço de todos os mercados brasileiros. Será disponibilizado no portal.

Tem o nome de SIMAB – Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil.

Serão agregados 62 mercados (vide relação dos mercados, a seguir), movimentando 14 milhões t/ano a um valor de US\$ 7 bilhões/ano.

Quando agregarmos os supermercados, serão 20 milhões t/ano a um valor de US\$ 10 bilhões/ano.

Será divulgado por todos os meios de comunicação sobre a disponibilidade das informações no portal.

Estuda-se a possibilidade dos interessados terem acesso, também, aos preços dos produtos e as quantidades ofertadas diariamente nas Ceasas através de telefone (fixo ou celular).

Serão disponibilizados os seguintes cadastros: a) de todos os produtores, informando o produto, localidade, área plantada, época de colheita; b) de todos os atacadistas; e c) os varejistas e compradores por especialidade de produto.

RELAÇÃO DOS MERCADOS QUE SERÃO INTEGRADOS AO SIMAB

Nº ORDEM	ESTADO	CEASA
1	Pará	Belém
2	Rondônia	Ji-Paraná
3	Maranhão	São Luís
4	Piauí	Teresina
5	Ceará	Maranguape
6		Tianguá
7	Rio Grande do Norte	Natal
8	Paraíba	João Pessoa
9		Campina Grande
10		Patos
11	Pernambuco	Recife
12		Caruaru
13		Garanhuns
14	Alagoas	Maceió
15	Sergipe	Aracaju
16	Bahia	Salvador
17		Juazeiro
18		Paulo Afonso
19	Espírito Santo	Cariacica
20	Rio de Janeiro	Grande Rio
21		São Gonçalo
22		Nova Friburgo

23		Pati do Alferes
24		São José do Ubá
25	Minas Gerais	Contagem
26		Caratinga
27		Governador
		Valadares
28		Juiz de Fora
29		Uberaba
30		Uberlândia
31		Montes Claros
32		Barbacena
33		Patos de Minas
34	São Paulo	Ceagesp
35		Campinas
36		Santo André
37		Araçatuba
38		Araraquara
39		Bauru
40		Franca
41		Marília
42		Piracicaba
43		Presidente Prudente
44		Ribeirão Preto
45		São José do Rio Preto
46		São José dos Campos
47		Sorocaba
48	Paraná	Curitiba
49		Cascavel
50		Foz do Iguaçu
51		Londrina

52		Maringá
53	Santa Catarina	São José
54		Blumenau
55		Joinville
56		Tubarão
57	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
58		Caxias do Sul
59	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
60	Goiás	Goiânia
61	Distrito Federal	Brasília
62	Acre	Rio Branco

4. GRANDES ENFOQUES

Independente das funções do Prohort, previstas na Portaria, dois grandes enfoques foram estabelecidos para que o Programa seja uma ação permanente de Governo e não um programa de um determinado Governo. Após encontros de trabalho, com alguns Ministérios e o Consea, foram estabelecidos dois grandes enfoques:

Ao Produtor da Agricultura Familiar:

Incentivar a produção/comercialização e agregar valores ao produto

Ao consumidor:

Ter acesso a um produto de qualidade e saudável.

Nos tópicos seguintes detalhamos como tornar possíveis esses enfoques.

5. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente funciona muito bem um Galpão do Produtor implantando na Ceasa/CE com recursos do MDA. Os produtores de Agricultura Familiar estão comercializando 36.400 t/ano (dados de 2005), representando 10% do comercializado pelo entreposto cearense. Em 2006 já ultrapassou as 60 mil t/ano, significando mais de 20% da Ceasa/CE.

Admitindo como meta esse índice de 2005 (10%) para todo o conjunto de mercados brasileiros, teríamos 1.400.000 t/ano, significando um aporte de renda de R\$1,4 bilhão/ano para 43 mil famílias da Agricultura Familiar.

Sabemos da existência de repasse de Ceasa para Ceasa. É o chamado passeio do produto. Trata-se de uma comercialização que só agrega custos. Poderá ser desenvolvido um esforço para que essa comercialização seja substituída, gradativamente, por produção local. Vale observar que somente poderá ser produzido aquele produto que reúna as condições edafo-climáticas para tal.

Estimando em 15% esse repasse (com o SIMAB será possível precisar esse número), teremos 2.100.000 t/ano que representarão um nicho de mercado para 98 mil famílias.

O rendimento médio de cada família seria de quase três mil reais/mês.

6. COMO USAR O SIMAB EM APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Quando vamos incentivar a produção em uma determinada região, precisamos saber a sua vocação, o que já produz, quais os mercados conquistados e quais as oportunidade de mercado que existem.. O SIMAB nos informará:

- Acessando ao Banco de Dados, ele nos indicará quais os produtos que já estão sendo produzidos na região e em quais mercados estão sendo comercializados.

- Saberemos, também, em que quantidades (mês a mês e ano a ano), quais as fatias de mercado conquistadas e quem são os concorrentes.
- Mostrará, ainda, a sazonalidade da oferta e dos preços, apontando para a melhor época de chegar ao mercado.
- Conheceremos, também, todos os compradores, por tipo de produto, tanto atacadista como varejista, possibilitando contatos comerciais.
- Ou seja, será possível um planejamento racional tanto da produção como da comercialização.

7. AGREGAR VALORES AO PRODUTO

Pretende-se lançar o Programa de Oferta de Produtos Diferenciados, cujo objetivo é o seguinte:

Apoiar, melhorar e disseminar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos por algumas Ceasas sobre beneficiamento, padronização, classificação, embalagem, rotulagem e rastreamento.

Possibilitar:

- transparência na comercialização;
- técnicas modernas na comercialização;
- maior competitividade ao produtor;
- menor preço e melhor qualidade ao consumidor;
- diminuição das perdas.

Pretende-se obter:

- monitoramento da qualidade da mercadoria e embalagem;
- banco de dados dos problemas mais comuns (pragas, danos, doenças etc);
- serviço de arbitragem da qualidade;
- serviço de certificação da qualidade;
- proposição de novas normas.

8. PRODUTO DE QUALIDADE E SAUDÁVEL AO CONSUMIDOR

Incentivar para que os órgãos competentes garantam um produto saudável ao consumidor com o Programa de Controle de Resíduos de Defensivos Agrícolas com o seguinte objetivo:

Reduzir os riscos de consumo de alimentos com defensivos agrícolas com índices acima dos toleráveis.

Desta maneira, estabelecer um certificado para regiões com produtos ecologicamente corretos.

9. OUTRAS AÇÕES

a) Treinamento

Serão firmadas parcerias visando oferecer treinamento em comercialização, qualidade total e manuseio de produtos por parte de:

- ✓ Produtores;
- ✓ Atacadistas;
- ✓ Varejistas;
- ✓ Extensionistas;
- ✓ Transportadores;
- ✓ Carregadores
- ✓ Técnicos de Ceasa e Conab.

b) Universidades

Serão firmadas parcerias com universidades, visando:

Sistematizar o conhecimento tácito dos técnicos especialistas em Ceasa, visando a criação de cursos de formação e pós-graduação em comercialização.

c) Diagnóstico

Diagnóstico técnico operacional de todos os mercados, visando ter uma “radiografia” de como se encontra o sistema.

d) Câmaras Setoriais

Pretende-se firmar parceria com as Câmaras Setoriais de Frutas e Hortaliças para:

- Colaborar e encaminhar uma proposta nacional de classificação, padronização, embalagem, rotulagem, rastreamento e combate ao uso exagerado de defensivo agrícola.

e) Produção programada

Implantação do Programa naqueles estados que disponham de uma eficiente assistência técnica rural.

f) Análise Conjuntural

A elaboração de Análise Conjuntural dos principais produtos. As Ceasas farão as estaduais e a Conab a nacional.

g) Diretrizes

E, por fim, a Conab, Abracen e as Ceasas elaborarem as diretrizes macro com a finalidade de recriar o SISTEMA, desmontado em 1988.

IV. CONCLUSÃO

Com este primeiro manual procuramos resgatar um pouco da história do sistema de Ceasas. A década de sessenta marcou o início de um planejamento. A década de setenta representou a fase áurea. Nos anos oitenta tivemos a agonia e desmonte do Sinac. Em seguida, ocorreram 17 anos (1988 a 2005) quando o Governo Federal simplesmente ignorou o comércio de hortícolas.

Agora, estamos vivendo um momento raro de apoio para as Ceasas e que deve ser aproveitado ao máximo. Sabemos que nada é constante na gangorra de governos.

Por isso, o nosso apelo para que todos colaborem com suas sugestões, não só para este manual como para todos os demais. Desta maneira tenhamos um resgate de todo o conhecimento do setor.

V. ANEXO



Edição Número 57 de 24/03/2005

Gabinete do Ministro Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PORTARIA Nº 171 , DE 24 DE MARÇO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art 1º. Fica instituído, no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor, mediante as seguintes iniciativas:

I Desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento, subsidiando informações técnicas para formulação de políticas agrícolas e de abastecimento;

II Universalizar as informações geradas, reduzindo suas assimetrias junto ao público;

III Modernizar os processos de gestão técnico-operacional e administrativa das Centrais de Abastecimento;

IV Estimular a agregação de tecnologia à cadeia produtiva, orientada às necessidades e as exigências de mercado de consumo;

V Adequar e modernizar a infra-estrutura física, tecnológica e ambiental das Centrais de Abastecimento;

VI Modernizar os serviços de apoio disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento alinhando-os às necessidades e expectativas de seus clientes;

VII Estimular a interação das Centrais de Abastecimento com as Universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e às políticas públicas de abastecimento, de segurança alimentar e nutricional; e

VIII Ampliar as funções das Centrais de Abastecimento tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

Art. 2º Para viabilizar as ações do Programa, a CONAB promoverá a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com as Centrais de Abastecimento ou, quando estas não tiverem personalidade jurídica própria, com a unidade à qual estiverem vinculadas.

Art. 3º Os recursos necessários para o custeio das ações promovidas pela CONAB serão aqueles consignados em seu orçamento anual e os captados junto a organismos de fomento interno e externo, na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RODRIGUES

Publicado no DO de 28-03-2005

TABELA 1 – RELAÇÃO DAS CEASAS DO SINAC

Nº	ESTADO	CEASA
1	Amazonas	Manaus
2	Pará	Belém
3	Maranhão	São Luís
4	Piauí	Teresina
5	Ceará	Maranguape (*)
6	Rio Grande do Norte	Natal
7		Mossoró
8	Paraíba	João Pessoa
9		Campina Grande
10	Pernambuco	Recife
11	Alagoas	Maceió
12	Sergipe	Aracaju
13	Bahia	Salvador
14	Espírito Santo	Cariacica
15	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
16		São Gonçalo
17		Campos
18		Macaé
19	Minas Gerais	Contagem
20		Juiz de Fora
21		Uberlândia
22	São Paulo (**)	Campinas
23	Paraná	Curitiba
24		Foz do Iguaçu
25		Maringá
26		Cascavel
27	Santa Catarina	São José

28	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
29		Caxias do Sul
30		Novo Hamburgo
31	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
32	Goiás	Goiânia
33		Anápolis
34	Distrito Federal	Brasília

(*) Depois passou a pertencer a Maracanaú

(**) O Ceagesp não pertencia ao Sinac

TABELA 2 – RELAÇÃO DOS MERCADOS DO PRODUTOR DO SINAC

Nº	ESTADO	CEASA
1	Amazonas	Manacapuru
2	Ceará	Tiangua
3		Baturité
4		Uruburetama
5	Rio Grande do Norte	Açu
6	Paraíba	Campina Grande
7	Pernambuco	Belém do São Francisco
8		Bezerros
9		Santa Maria da Boa Vista
10	Sergipe	Boquim
11		Umbaúba
12	Bahia	Jaguaquara
13		Juazeiro
14	Rio de Janeiro	Friburgo
15		Pati Alferes
16		Cambuci
17	Minas Gerais	Barbacena
18		Caratinga
19		Maria da Fé
20	São Paulo	Guapiara
21		Mogi das Cruzes
22	Paraná	Litoral Paranaense
23		Cerro Azul
24		Agudos do Sul
25		Almirante Tamandaré
26		Araucária
27		São José do Pinhais

28		Tijucas do Sul
29		Fepar
30	Santa Catarina	Urubici
31	Rio Grande do Sul	Nova Bassano
32	Distrito Federal	Regional

TABELA 3 – RELAÇÃO DOS HORTOMERCADOS DO SINAC

Nº	ESTADO	CEASA
1	Maranhão	Vinhais
2		Bequimão
3		Turu
4		Monte Castelo
5		Maiobão
6	Piauí	Teresina
7	Ceará	Fortaleza
8	Rio Grande do Norte	Mossoró
9	Paraíba	Ceasa PB
10	Pernambuco	Ceasa Pe
11	Sergipe	Ceasa SE
12		Marcos Ferreira
13		Murilo Dantas
14	Bahia	Sete Portas
15	Espírito Santo	Vitória
16	Rio de Janeiro	Leblon
17		Humaitá
18		Campinho
19		Méier
20		Irajá
21	Paraná	Santa Quitéria
22		Maringá
23		Foz do Iguaçu
24		Cornélio Procópio
25	Santa Catarina	Coloninha
26	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
27	Distrito Federal	Ceasa DF

TABELA 4 – RELAÇÃO DOS VAREJÕES DO SINAC

Nº	ESTADO	CEASA
1	Pará	Basa
2		Satélite
3		Cidade Nova
4		Boa Esperança
5	Maranhão	São Luís
6	Rio Grande do Norte	Ceasa RN
7	Pernambuco	Recife
8	Rio de Janeiro	Grande Rio
9		São Gonçalo
10		Macaé
11		Lauro Muller
12		Ilha do Governador
13		Jacarepaguá
14		Barra da Tijuca
15		Olaria
16		Urca
17		Recreio dos Bandeirantes
18		Cachambi
19		Bonsucesso
20		Piedade
21		Higienópolis
22		Alto da Boa Vista
23		Jacarepaguá IV
24		Bonsucesso III
25		Jacarepaguá VI
26		Tijuca II
27		Largo da Barra
28		Tomás Coelho

29		Barra Sul
30		Tijuca III
31		Rio Centro
32		Tijuca IV
33		Nau da Barra
34		Lago
35		Cocotá
36		Jardim Guanabara
37		Praia do M
38	Minas Gerais	Contagem
39		Caratinga
40	São Paulo	Campinas
41		Vila P.A.
42		Centro de Convenções de
43		Campinas
44		Guarani-Campinas
45		Bonfim-Campinas
46		Butantã
47		Santo André
48		Taboão da Serra
49		Embu
50	Paraná	Capão da Imbuia
51		Foz do Iguaçu
52		Vila Mauer
53		Bacacheri-Curitiba
54		Pinhais-Curitiba
55	Santa Catarina	Ceasa SC
56	Rio Grande do Sul	Ceasa RS
57	Mato Grosso do Sul	Campo Grande

58	Goiás	Goiânia
59	Distrito Federal	Brasília